



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 120716 - PB (2019/0346301-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
RECORRENTE : ROSIVELTON DOS SANTOS FARIAS (PRESO)
ADVOGADOS : ABRAÃO BRITO LIRA BELTRÃO - PB005444
TIAGO ESPÍNDOLA BELTRÃO - PB018258
WANDERSON KENNEDY SILVA DE ANDRADE - PB023518
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA
CORRÉU : ROMULO DE SOUZA BATISTA
CORRÉU : CLODOALDO OLIVEIRA PESSOA FILHO

DECISÃO

Trata-se de recurso ordinário em habeas corpus interposto por ROSIVELTON DOS SANTOS FARIAS contra acórdão da Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba (HC nº 0808972-68.2019.8.15.0000).

Extraí-se dos autos que o recorrente foi denunciado, juntamente com outros 2 corréus, pela suposta prática dos crimes de homicídio consumado e tentado, ocorridos em 20/10/2014. Em 25/1/2016 o magistrado recebeu a denúncia e decretou a custódia preventiva.

A prisão somente foi efetivada em 3/4/2018, quando o recorrente foi preso em flagrante, no estado de Pernambuco, pelos crimes, em tese, dos arts. 304 e 299 do Código Penal.

Alegando excesso de prazo da custódia, a defesa impetrou a ordem originária, que foi denegada pelo Tribunal a quo, em acórdão assim ementado (e-STJ fls. 117/131):

HABEAS CORPUS. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO, EM TESE. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DA CULPA. ATRASO JUSTIFICADO DIANTE DAS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DESÍDIA DO APARELHO JUDICIÁRIO NA CONDUÇÃO DO FEITO. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL. DENEGAÇÃO.

Os prazos designados para a instrução criminal e prolação da sentença servem somente como parâmetros gerais. O reconhecimento do constrangimento ilegal por excesso de prazo deve sempre ser norteado pelo princípio da razoabilidade.

In casu, não há qualquer elemento que evidencie a desídia do aparelho judiciário na condução do feito. Ademais, observa-se, através das informações prestadas pela autoridade coatora, que inúmeras diligências

estão sendo empreendidas no intuito de promover o recambiamento do acusado e viabilizar a conclusão da instrução criminal.

Na presente oportunidade, a defesa reitera a alegação de excesso de prazo no término da instrução criminal. Ressalta que o recorrente é primário, estudante, com família e residência fixa.

Narra que houve sucessivos adiamentos da audiência de instrução e julgamento, de modo que ele estaria preso há mais de 1 ano e 7 meses sem que haja seu recambiamento para viabilizar a instrução. Ressalta que é direito do acusado estar presente na audiência.

Sustenta que a demora não pode ser imputada à defesa.

Requer, assim, a revogação da prisão preventiva, com a expedição de alvará de soltura, se for o caso mediante aplicação de medidas cautelares alternativas.

Não foi formulado pedido de liminar.

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso ordinário (e-STJ fls. 167/171).

Às e-STJ fls. 175/193, a defesa atravessou pedido de tutela provisória incidental, alegando que o paciente é portador de asma brônquica de longa data, enquadrando-se, portanto, no grupo de risco para o contágio do novo coronavírus. Requereu, assim, a aplicação da Recomendação CNJ nº 62/2020, uma vez que o estabelecimento em que se encontra possui ocupação superior à sua capacidade, e a prisão excede 90 dias.

É o relatório. Decido.

Estando os autos aptos para julgamento do mérito, examino-o conjuntamente com as alegações contidas no pedido de tutela provisória incidental.

Busca a defesa, no presente recurso, a revogação da prisão preventiva do recorrente, sob a alegação de excesso de prazo da custódia. Ademais, pleiteia a revogação ou a substituição da custódia por prisão domiciliar, diante da Recomendação CNJ nº 62/2020.

Em relação ao alegado constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo, é fato que a Constituição Federal, no art. 5º, inciso LXXVIII, prescreve: "a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação." No entanto, essa garantia deve ser

compatibilizada com outras de igual estatura constitucional, como o devido processo legal, a ampla defesa e o contraditório que, da mesma forma, precisam ser asseguradas às partes no curso do processo.

Mencione-se, por outro lado, que, com o fim de assegurar que a prisão não se estenda por período superior ao necessário, configurando verdadeiro cumprimento antecipado da pena, a alteração promovida pela Lei nº 13.964/19 ao art. 316 do Código Penal estabeleceu que o magistrado revisará a cada 90 dias a necessidade da manutenção da prisão, mediante decisão fundamentada, sob pena de tornar a prisão ilegal.

Necessário, porém, considerar que, cumprido tal requisito, eventual constrangimento ilegal por excesso de prazo não resulta de um critério aritmético, mas de uma aferição realizada pelo julgador, à luz dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, levando em conta as peculiaridades do caso concreto, de modo a evitar retardo abusivo e injustificado na prestação jurisdicional.

No caso, a prisão do recorrente foi decretada sob a seguinte imputação (e-STJ fls. 29/32):

Dessume-se dos autos, que no dia do crime, as vítimas, momentos antes do ocorrido estavam na casa de show "Forró do Sítio", tendo vítimas e acusados, lá se encontrado. Durante o período que as vítimas permaneceram no Forró do Sítio, ocorreu uma discussão verbal entre Francisco Newton e os acusados, por motivos de ciúmes em relação a Gracyelle.

Versam os autos, que após a discussão, as vítimas saíram da casa de show, numa motocicleta, seguidos, em outra motocicleta, por um casal de amigos, que vinham logo atrás.

Instantes seguintes, ao transitarem em via pública, foram surpreendidos pelos acusados, num veículo quatro portas de cor prata, que começaram a efetuar disparos em direção a Francisco Newton, chegando um deles a atingir o pescoço de Gracyelle, o que ocasionou sua morte, após 4 dias, no hospital de Trauma, nesta capital, local para onde foi socorrida.

Ainda, segundo os relatos corroborados aos autos, o carro em que vinha os acusados emparelhou com a motocicleta pilotada pela vítima pretendida (Francisco Newton), e, Gracyele ao se virar para olhar, foi atingida no pescoço, tanto é que, Rômulo foi reconhecido como sendo o atirador, por ter colocado o braço para fora do carro e efetuado os disparos. Os demais acusados foram reconhecidos como ocupantes do veículo, sendo o condutor a pessoa de Rosivelton.

Vê-se tratar de delito de extrema gravidade, uma vez que, a confirmarem-se os fatos narrados na denúncia, o recorrente e corréus teriam matado e tentado matar as vítimas em razão de reles discussão por ciúmes em determinado forró.

Soma-se a tal circunstância o fato de que a prisão, decretada em 24/2/2016,

somente foi cumprida mais de 2 anos depois, em 2/4/2018, em outro Estado da Federação, quando o recorrente foi preso ao apresentar documento falso em nome de terceiro para tentar impedir o cumprimento do mandado de prisão em seu desfavor.

Ou seja, o recorrente permaneceu por mais de 2 anos foragido, em outra Unidade da Federação, fazendo uso de documentos de identificação falsos, de modo a impossibilitar sua captura.

Tais circunstâncias devem ser consideradas para se avaliar a temerosidade da sua libertação, tanto em relação à garantia da ordem pública, dada sua periculosidade expressa pela gravidade concreta da conduta, quanto tendo em vista a necessidade de garantia da aplicação da lei penal, dada sua atuação enfática no sentido de furtar-se ao processo, que permite concluir que, em liberdade, novamente tentará evadir-se.

Pois bem, diante desse cenário, convém atentar que, durante o período entre 2/4/2018 - data da prisão em flagrante pelo crime de uso de documento falso, a qual foi convertida em preventiva - até a data da respectiva condenação, em 16/4/2019, a custódia motivava-se não só pelo processo em trâmite perante o Tribunal do Júri, mas também pelo delito cometido no Estado de Pernambuco. Logo, deve ser ressalvada a alegação da defesa de que "sua prisão já conta com 02 anos, ou seja, 700 dias" (e-STJ fl. 176).

Por outro lado, embora tenha decorrido aproximadamente 1 ano desde o esgotamento do decreto preventivo expedido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, verifica-se que a Corte paraibana tem empreendido todos os esforços para promover o recambiamento do recorrente e o devido encerramento do feito.

Nesse sentido, manifestou-se o Tribunal *a quo*, ao julgar a ordem originária, nos seguintes termos (e-STJ fls. 125):

In casu, malgrado o atraso na instrução criminal, ele se justifica, seja em razão das peculiaridades da causa, que investiga crimes de homicídio qualificado praticados em concurso de agentes, seja em razão do pedido de recambiamento.

Portanto, não há qualquer elemento que evidencie a desídia do aparelho judiciário na condução do feito. Ademais, observa-se, através das informações prestadas pela autoridade coatora, que inúmeras diligências estão sendo empreendidas no intuito de promover o recambiamento do acusado e viabilizar a conclusão da instrução criminal.

Diante da condução regular do feito, não se permite concluir, ao menos por ora, pela configuração de constrangimento ilegal passível de ser sanado pela presente via.

Recomendação do Colegiado para expedir ofício à GLSIPE, na pessoa do Secretário de Administração Penitenciária, assinado pela Presidência deste Colegiado, requisitando o recambiamento do paciente.

Ainda, convém notar que, após a prisão do recorrente, tentou-se realizar uma audiência em 27 de maio de 2019, a qual não ocorreu em razão do não comparecimento de testemunhas arroladas tanto pela acusação quanto pela defesa, e em 30 de julho de 2019, adiada devido ao não recambiamento - deficiência que, conforme visto, tem recebido as providências necessárias para que seja sanada.

Não se constata, como se vê, inércia do juízo. Tampouco é possível reconhecer a alegada irrazoabilidade no lapso decorrido, mas sim que a demora na conclusão do feito decorre da própria complexidade enfrentada, oriunda, aliás, basicamente do fato de o recorrente ter sido preso em outro Estado da Federação, para o qual se evadiu após o suposto cometimento dos delitos apurados.

Não se vislumbra, portanto, o constrangimento ilegal alegado.

Foi nesse mesmo sentido a conclusão do Ministério Público Federal, o qual opinou nos seguintes termos (e-STJ fls. 167/171):

Assim, torna-se inviável o acolhimento da tese de excesso de prazo para o fim de conceder liberdade provisória ao recorrente, uma vez que a gravidade concreta dos crimes a ele atribuídos (consoante registrado no decreto prisional, "[o]s denunciados revelam periculosidade e insensibilidade moral, uma vez que, por uma discussão banal, perseguiram as vítimas, intentando contra a vida das mesmas"); a evidência de que, solto, se furtará à aplicação da lei penal (como tentou fazer durante o tempo em que permaneceu foragido e ao cometer o delito do art. 304 do CP); e a constatação de que, ao menos entre 2/4/2018 e 16/4/2019, a prisão preventiva cumprida em outro Estado não estava relacionada apenas ao processo em trâmite no Tribunal do Júri, afastam, em uma ponderação de interesses, a apontada irrazoabilidade da segregação cautelar, especialmente quando não se vislumbra desídia por parte dos órgãos judiciais.

Já em relação ao pleito de relaxamento da prisão, ou substituição por prisão preventiva com base na Recomendação CNJ nº 62/2020, é fato que, com base em seus termos, seria recomendável o acolhimento do pedido para determinar a reavaliação da necessidade da prisão do recorrente, sob as lentes do quadro de pandemia enfrentado, em especial diante da sua condição de risco, e do lapso de prisão superior a 90 dias, ambos comprovados nos autos.

Porém, em consulta ao site do Tribunal *a quo*, verifico que já houve tal reavaliação, na data de 2 de abril de 2020, tendo sido a custódia mantida.

Não é viável a consulta *online* do conteúdo de tal decisão - cuja eventual impugnação, de todo modo, deve ser previamente submetida ao Colegiado Estadual, de

maneira a evitar indevida supressão de instância. De todo modo, verificada que a reavaliação da prisão preventiva já foi efetivada, julgo prejudicado o pedido de tutela incidental.

Ante o exposto, com amparo no art. 34, inciso XVIII, alínea "b" do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **nego provimento** ao presente recurso ordinário em *habeas corpus*. Recomendo, porém, ao magistrado singular que dê prioridade aos autos em questão e envide todos os esforços necessários para o célere encerramento do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Reynaldo Soares da Fonseca
Relator